

	<b>COLÉGIO ESTADUAL PROTÁSIO ALVES</b>  <b>2022</b>	
	<b>PROFESSOR/A:</b> Marcelo Grendene  <b>DISCIPLINA:</b> Ética  <b>CONTEÚDO:</b> Proteções legais ao direito do autor	<b>ATIVIDADE:</b> XX  <b>AValiação:</b> YY
	<b>ALUNO:</b>  <b>TURMA:</b>	<b>DATA:</b>  __/__/2022
	<b>OBSERVAÇÕES:</b>	

## AULA 6 DE ÉTICA

### Proteções Legais ao Direito do Autor

**OBJETIVO GERAL:** Aplicar os conceitos desenvolvidos em sala de aula, possibilitando que o aluno adquira habilidades e competências na interpretação dos direitos e obrigações no campo da Ética, relacionando-as às práticas de sua atividade Técnico-Profissional.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:** Dotar os alunos de conhecimentos sobre noções de Ética e Ética no trabalho.

#### Proteção legal ao Direito do Autor na Multimídia

A Internet oferece recursos que permitem a utilização simultânea de sons, fotografias, animações gráficas, filmes e outros. Para garantia dos direitos autorais de cada um dos envolvidos na realização de cada recurso, é necessária e imprescindível a realização de contratos para garantia dos direitos das partes envolvidas na criação.

A Lei nº. 9.610/1998, em seu artigo 5º. VIII- h, define a **obra coletiva**, como sendo “a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma”.

A obra coletiva, apesar de ser escrita por várias pessoas, torna-se uma obra única, porém, por intermédio dos contratados será estipulada a participação de cada autor.

Assim, mesmo em obras coletivas, há proteção individual dos envolvidos na criação.

**É importante frisar que cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva, garantindo, no entanto, o direito moral dos participantes.** E o contrato com o organizador especificará a contribuição do participante, o prazo para entrega ou realização, a remuneração e demais condições para sua execução.

Quanto às obras sob encomenda, a Lei Autoral não possui regulamentação específica sobre a titularidade dos direitos autorais, cabendo aos contratos – de prestação de serviços e de trabalho – fixarem os direitos e deveres de cada parte.

## Textos e Fotografias utilizados em *sites*

A licença de uso *on-line*, deve ser realizada por escrito, tanto em *sites* que visam ao lucro ou não. A autorização deve ser específica, com tempo determinado, estabelecendo a forma de divulgação, preservando-se o direito moral do autor da indicação de seu nome.

## Design do site

O *design* de determinado *site* é verificado pela forma de disposição das cores, linhas, texturas, padrões gráficos, diagramação e outras.

A proteção poderá ser individual (protegendo cada elemento), ou a proteção como um todo.

O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) não tem uma posição oficial a respeito do *webdesign* - se estaria inserido no desenho industrial, direito autoral, ou em ambos.

Entende-se que só poderiam ser incluídos no campo de desenho industrial: os conjuntos de campos, diagramação, linhas, tarjas, molduras, texturas, padrões de fundo, cores e combinações.

As fotografias, os textos, os logotipos e os símbolos, devem ser protegidos pela Lei dos Direitos Autorais.

Os sons – que contenham mínima originalidade de seu emissor – produzidos pelo ser humano, são protegíveis no âmbito do direito autoral.

Em todos os casos há necessidade de autorização expressa dos seus autores.

Quanto às obras musicais para utilização em *sites*, **há três classes de direitos a serem protegidos:**

**a) o da obra em si** (autor e editora musical);

**b) o de sua interpretação** (intérprete);

**c) o da fixação fonográfica** (gravadora).

A disponibilização *on-line* reclama sempre a expressa anuência na utilização da obra em si, do autor e editora musical; o de sua interpretação, do intérprete;

O Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) sobre Interpretação ou Execuções de Fonogramas (1996), assegurou a necessidade de expressa autorização de artista-intérprete ou executante e dos produtores de fonograma para a reprodução, necessária à disponibilização *on-line* das obras.

Neste sentido, a utilização de recurso de *download*, por meio do qual é permitido ao usuário do *website* reproduzir as obras, deve ser objeto de específica autorização no licenciamento dos direitos sobre a obra musical.

O Tratado assegurou, ainda, o direito exclusivo dos artistas-intérpretes ou executantes e dos produtores de fonogramas de autorizar a comunicação ao público, por fio ou sem fio, de suas interpretações ou execuções fixadas em fonogramas e de seus fonogramas, respectivamente, inclusive no que tange a sua disponibilização ao público, de tal forma que membros do público possam acessá-las, de um lugar e momento individualmente determinados.

Entende-se, assim, que não pode o licenciado, sob nenhuma justificativa, utilizar seu conteúdo em *sites* na Internet, como também, multiplicar suas cópias e ofertá-lo – gratuitamente ou mediante pagamento – a terceiros.

Tais atos constituem infração aos direitos do autor.

### **Inclusão de obras musicais em *websites***

As regras são:

- a)** dar referência ao título e autor;
- b)** nome ou pseudônimo do intérprete;
- c)** o ano da publicação;
- d)** a identificação de seu produtor.

### **Inclusão de filmes e vídeos em *websites***

As regras para inclusão são:

- a)** dar referência ao título da obra adaptada;
- b)** autor;
- c)** artistas e intérpretes;
- d)** ano de publicação;
- e)** identificação de seu produtor.

## **CONCLUSÃO**

A legislação existente dá ao autor as garantias necessárias para a proteção de seus direitos.

Acredita-se que se deve dar maior conhecimento dos meios técnicos existentes para a identificação daqueles que cometem a infração por meio da Internet, como também dos meios técnicos para possibilitar e facilitar a aquisição pelos usuários interessados de obras pela Internet, sem a necessidade de piratear e copiar ilegalmente, garantindo, ainda, a possibilidade de ganho do autor.

Por meio da divulgação e popularização dos recursos existentes que possibilitam a divulgação de trabalhos, aquisição de obras e identificação dos interessados, pela Internet, haverá, com certeza, um aumento do interesse na leitura, maior divulgação das obras dos autores e maior facilidade na recuperação da informação.

Pela análise da legislação, percebe-se que para a garantia dos direitos autorais são muito mais necessários sistemas operacionais eficientes, do que leis apropriadas.

Há, no entanto, ausência de conhecimento e divulgação da legislação, o que ocasiona a sensação da inexistência da guarida do direito, o que evidentemente, não é verdade.

Portanto, a inexistência de legislação não é argumento válido para impedir a divulgação de obras por meio da Internet.